

VÍTIMA: ATOR OB-SCENO DA CRIMINALIDADE *

Em homenagem ao Professor Dr. Oracy Nogueira por seu relevante papel no estabelecimento da pesquisa sociológica no Brasil.

WELBER DA SILVA BRAGA

Professor Titular de Antropologia na UFMG; Membro da "International Commission on Urban Anthropology" (IUAES) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA);

e

Eduardo Cerqueira Battucci

Aluno do Mestrado em Sociologia da UFMG;

Francisco Jorge Melo

José Henrique Golfman

Júlia Torres

Graduados em Ciências Sociais pelo UFMG.

RESUMO: *O presente ensaio apresenta indicadores exploratórios de que as vítimas da criminalidade urbana sistemática manifestam uma ambivalência entre seus valores fáticos e Éticos diante dos episódios criminosos em que foram lesadas, o que aponta para sua convivência inconsciente com o espaço orgiástico do "crime organizado". Nessa ótica, os atos de Vitimação fazem parte de um projeto desejante latente nas vítimas.*

Trata-se de um trabalho exploratório, que busca indicadores de consistência para a hipótese teórica de que pode haver um certo tipo de **vítima** (que estamos chamando de "**vítimas essenciais**"), cujo comportamento contém uma **convivência inconsciente** com sua própria vitimação.

Nesse sentido, a vítima seria, ao mesmo tempo, cúmplice subterrânea da criminalidade sistemática que a lesou. O material utilizado para as análises desenvolvidas neste texto refere-se a 8 episódios de assalto a mão armada, realizado em residências ou casas comerciais, resultando em manutenção das vítimas como reféns, o que, em alguns casos, seguiu-se de seqüestro de pessoas para acobertamento de fuga. Em todos os casos contudo, registrou-se um contado de grande **intensidade Emocional** entre as vítimas e os bandidos, o que asse-

* Esta publicação constitui parte de um relatório de pesquisa mais extenso, veiculado originalmente em Inglês pela International Commission on Urban Anthropology (IUAES), sob o título de "Victim: the ob-scene actor of criminality".

gura contaminação afetiva dos depoimentos obtidos.

Esperamos que a publicação deste material em português estimule um debate amplo das interpretações que estamos propondo. A natureza contestatória, freqüentemente presente na produção científica, nunca procura outro resultado, senão este.

SONDAGEM DE UM PERFIL IDEATIVO DAS VÍTIMAS

A intenção de nosso trabalho revela-se como sendo a de tentar preencher, ao menos em parte, o vazio analítico que cerca as vítimas do "crime organizado", apresentando um painel de suas idéias sobre a criminalidade, os bandidos com os quais se defrontaram diretamente e seu próprio comportamento associado à vitimação sofrida. Procuramos construir um quadro mais abrangente do que o traçado pelos informes convencionais sobre os atos criminosos, trazendo as vítimas ao palco da pesquisa para recortá-las sobre um horizonte detalhado de suas próprias opiniões e sentimentos.

1. 75,0% dos entrevistados declararam que os atos criminosos de que foram vítimas não resultaram em "lesões pessoais", entendidas como efeitos da violência que tenham excedido o roubo propriamente dito;

2. 87,5% das vítimas não acham que os criminosos estejam sempre errados;

3. 75% dos entrevistados acham que os criminosos sempre merecem algum castigo;

4. 75,0% pensam que os bandidos têm chances reais de sair da criminalidade;

5. 87,5% dos entrevistados afirmaram que responderiam da MESMA FORMA ao inquérito da pesquisa, antes de terem passado pela experiência de um assalto;

6. 100,0% das vítimas acham que, nos últimos anos, a criminalidade ESTÁ aumentando;

7. 62,5% dos entrevistados acham que, depois de terem sofrido um assalto, tornaram-se mais tolerantes em relação à criminalidade (25,0% não sabem dizer);

8. 25,0% das vítimas não registraram queixa policial do assalto sofrido;

9. 62,5% dos entrevistados não achavam provável que viessem a ser assaltados (37,5% achavam que SIM);

10. 50,0% das vítimas acham que a maneira como viviam, antes de serem assaltadas, estava correta, do ponto de vista de sua segurança (37,5% acham que não e 12,5% não sabem dizer);

11. 75,0% dos entrevistados acham que pode ser feita alguma coisa para evitar que sejam assaltados novamente;

12. depois de terem sofrido um assalto, 50,0% das vítimas pen-

sam que estavam bem informadas sobre a criminalidade (25,0% acham que estavam EM PARTE);

13. 87,5% dos entrevistados afirmaram que as pessoas DEVERIAM receber algum tipo de instrução específica sobre como lidar com a criminalidade;

14. mesmo antes de terem sofrido um assalto, 75,0% das vítimas achavam que as condições de segurança em que normalmente vivem as pessoas não são satisfatórias;

15. 85,7% das vítimas não sentem mais segurança, depois de terem sofrido um primeiro assalto;

16. 100,0% dos entrevistados pensam que vivem de MODO PARECIDO com o de outras pessoas com quem são relacionados;

17. 50,0% das vítimas acham MUITO PROVÁVEL que sejam assaltadas novamente;

18. 50,0% dos entrevistados MUDARAM seu modo de viver, depois de terem sido assaltados (50,0% não mudaram);

19. 50,0% dos entrevistados declararam que não haviam percebido como perigosas, antes de serem assaltados, as falhas em sua segurança das quais os bandidos tiraram proveito (50,0% afirmaram TER PERCEBIDO esses riscos);

20. 75,0% das vítimas disseram que não se comportariam de maneira diferente, caso fossem assaltadas novamente;

21. 87,5% das vítimas CONTARAM sua experiência a outras pessoas (12,5% não falaram sobre o assalto sofrido);

22. 62,5% dos entrevistados não sofreram qualquer crítica de pessoas de suas relações à sua maneira de viver, depois de terem sido assaltados (37,5% foram criticados);

23. dentre os que sofreram críticas, 66,6% acham que essas críticas têm razão de ser;

24. 62,5% dos entrevistados não acham que viviam de modo bastante seguro, antes de terem sofrido um assalto;

25. 50,0% das vítimas não acham que as coisas vão se repetir de maneira idêntica à do primeiro assalto, caso sejam assaltadas novamente (25,0% não sabem dizer);

26. 50,0% dos entrevistados acham que os bandidos assaltam QUALQUER PESSOA (50,0% acham que há um TIPO PREFERENCIAL para ser assaltado);

27. 62,5% dos entrevistados não acham que, depois de terem sido assaltados, a sua idéia de como são os bandidos tenha mudado (12,5% não sabem dizer);

28. 66,6% das vítimas afirmaram que, depois de terem sido assaltadas, o seu medo de assaltos AUMENTOU (33,3% acham que não houve alteração);

29. 75,0% das vítimas declararam que as pessoas que souberam de seu assalto comportaram-se, em relação a elas, da MANEIRA COMO ESPERAVAM;

30. 62,5% dos entrevistados pensam que o assalto que sofreram PODERIA ter sido evitado;

31. 62,5% dos entrevistados acham que qualquer coisa que poderia ter sido feita para evitar seu assalto ESTAVA FORA de seu alcance pessoal;

32. 100,0% dos entrevistados afirmaram que a maneira como se comportaram durante seu assalto CORRESPONDE EXATAMENTE ao que deveriam ter feito;

33. 75,0% das vítimas não acham que a maneira como viviam, antes de serem assaltadas, tenha contribuído, de alguma forma, para que o assalto acontecesse;

34. 87,5% das vítimas não foram acusadas por ninguém de terem culpa no assalto que sofreram;

35. 100,0% dos que sofreram acusações de culpa acham que tais acusações FORAM JUSTAS;

36. 62,5% dos entrevistados não acham que poderiam viver de um modo que tornasse mais difícil serem assaltados novamente (37,5% acham que SIM);

37. dos que acham que poderiam tornar um novo assalto mais difícil, mudando a sua maneira de viver, 66,6% declararam não estar tomando essas medidas;

38. 87,5% das vítimas afirmaram não achar que o momento em que foram assaltadas seria uma ocasião em que um assalto se mostraria provável;

39. em 75,0% dos casos, os entrevistados estavam acompanhados de outras pessoas na ocasião de seu assalto;

40. 57,0% das vítimas declaram que, na ocasião de seu assalto, estavam vestidas de maneira diferente daquela pela qual habitualmente se vestem;

41. 85,7% dos entrevistados afirmaram que, na ocasião de seu assalto, estavam usando algum objeto que provocou o tipo de tratamento que receberam da parte dos bandidos;

42. 57,1% das vítimas, depois de terem sido assaltadas, acham os bandidos iguais ao que achavam que eram (28,5% acham piores e 14,2% acham melhores);

43. 75,0% dos entrevistados não pensam que tenham contribuído, de modo algum, para facilitarem o assalto que sofreram;

44. 75,0% dos entrevistados acham que as críticas que sofreram sobre o seu modo de agir, durante o assalto, não foram justas;

45. 87,5% das vítimas acham que têm conselhos a dar às pes-

soas, em relação a assaltos;

46. 87,5% das vítimas declararam ter gostado de conversar com a equipe sobre o assalto que sofreram.

ENSAIO INTERPRETATIVO

(a) No grupo estudado, os atos criminosos ainda se situaram predominantemente em um campo de agressão econômica em sentido estrito, ou seja, limitaram-se, em sua maior parte, a uma apropriação ilegal de bens materiais, sem dar mostras de um transbordamento para o campo simbólico da violência. Isso significa que o "crime organizado", na maior parte dos casos estudados, manteve-se isento do que convencionalmente se denomina "violência desnecessária", representada por lesões não-associáveis operacionalmente ao exercício pragmático do assalto. Gostaria de insistir em minha tese de que a violência, nessa ótica da concretude, sempre se mostrará como "desnecessária", exatamente porque seu alvo específico não é o da obtenção de resultados práticos imediatos. Mas, ao contrário, é o de abrir espaços de "des-ordem" para a fluência de estruturas reprimidas de desejo.

(b) Uma primeira forma de evidente ambivalência das vítimas aparece no fato de 87,5% dos entrevistados acharem que os criminosos não estão sempre errados, embora 75,0% pensem que sempre merecem algum castigo. Essa espiração a que um castigo constante seja aplicado a quem se admite como não estando constantemente errado mostra-se, obviamente, inconsistente em um plano objetivo. Creio que podemos começar a traçar, por esse indicador, a linha de dualidade não-resolvida que acompanhará a significação da criminalidade, por suas vítimas, ao longo de toda essa análise. Penso que essa dualidade está imbricada sobre a dicotomia do valor de "progresso": a exigência de um castigo inelutável decorre da representação da criminalidade como um desvio ético (portanto, independente de quaisquer circunstâncias concretas para que se defina como "perversa"). Esse processo de redução moral do "crime organizado" parece-me extremamente semelhante ao que alimenta atitudes persecutórias da polícia contra os bandidos, que não é ativada por indicadores de marca (associáveis a um comprometimento objetivo de algum delinqüente com dado ato criminoso), mas, por indicadores de origem, presos ao passado criminal do perseguido. Essa é uma tipologia que tomei de empréstimo a Oracy NOGUEIRA¹², que a desenvolveu para a caracterização do preconceito racial. Já uma representação da criminalidade como ocorrência pragmática conduz suas vítimas a situá-la em um contexto objetivado, em que encontram razões lógicas que a justificam como desvio fatural. Penso que esse enunciado imanente seja a resultante de um trânsito do enunciado transcendente

ortodoxo: ou seja, uma atitude inovadora secundária e, provavelmente, em emergência como futuro postulado axionômico.

(c) Acredito que a crença dominante em que os bandidos têm chances reais de sair da criminalidade pode ser explicada como componente de um processo alucinatório pelo qual a sociedade recusa a realidade objetiva do "crime organizado" como um evidente movimento social de proporções catastróficas (13). A atitude persecutória de ORIGEM movida pela polícia contra os bandidos torna essa perspectiva de abandono do crime pelo criminoso sistemático, no mínimo, remota. As autoridades policiais circunscrevem a criminalidade em um perímetro enunciativo traçado por "um vínculo indelével de culpabilidade potencial, que converte-se em ações de violência repressiva liminar e, seguramente, muitas vezes apriorística e preconceituosa", como apontei em outro trabalho (14). Por isso, penso que estamos diante de uma circularidade que apresenta pouca, senão nenhuma, probabilidade de ruptura. A violência em espiral de propagação, já reconhecida por GIRARD, impede aos membros dos sistemas em confronto (a criminalidade sistemática e as agências de repressão) um sentimento de "quitação" em qualquer outra alternativa que não seja a da vingança retaliadora. Essa qualidade recursiva da violência – que é sempre contra-coercitiva – anula suas probabilidades de extinção exógena.

(d) A ambivalência das vítimas, a que me referi acima, aparece agora sob uma forma mais nítida, tomando-se como referência analítica o fato de que 87,5% dos entrevistados afirmaram que responderiam aos quesitos da pesquisa, antes de terem sofrido um assalto, da mesma forma como responderam depois de assaltados. Contudo, tomando-se alguns dos indicadores mais fortes de incongruência, 62,5% das vítimas declararam ter ficado mais tolerantes em relação à criminalidade depois de terem sido assaltados; 85,7% das vítimas perderam seu sentimento de segurança depois de terem sofrido um assalto, 62,5% das vítimas não acham que viviam de modo bastante seguro, antes de terem sido assaltadas; 66,6% têm mais medo de assaltos, depois de terem sido assaltadas uma primeira vez. Todas essas respostas indicam mudanças de atitude que, espera-se, seriam refletidas pelas respostas ao inquérito da pesquisa. Entretanto, em contradição com as posições anotadas acima, 75,0% dos entrevistados afirmaram que não se comportariam de maneira diferente, caso fossem assaltados novamente; 50,0% não mudaram a sua maneira de viver, depois de terem sofrido um assalto; 62,5% das vítimas não acham que a sua idéia de como são os bandidos tenha mudado, depois de sofrerem um assalto. 100,0% dos entrevistados acham que se comportaram, durante seu assalto, exatamente como deveriam tê-lo feito.

Na busca de linhas de convergência interna entre as atitudes

desses dois blocos opostos de idéias, tenho a impressão de que as mais fortes incongruências em relação à afirmativa de uma suposta manutenção das mesmas respostas, caso os entrevistados ainda não tivessem sofrido um assalto, situam-se em um patamar de atitudes emocionais (aumento de tolerância, perda de sentimento de segurança, aumento de medo). Já as convergências com a atitude esperada de manutenção das mesmas respostas situam-se em um patamar de atitudes objetivadas (comportamento inalterado na situação de um assalto repetido, aprovação desse comportamento, preservação de uma maneira de viver, reforço de uma representação dos bandidos conscientemente racionalizada). Nessa perspectiva, creio que posso sugerir que a ambivalência das vítimas diante da criminalidade, tal como aparece em nossos dados, constrói-se em absoluta simetria com o que penso ser o eixo de sua dissociação subjetiva diante de seu próprio projeto desejante de criminalização de suas vidas. Assim, afetivamente propícias ao crime que emerge como proto-instituição, as vítimas ainda sujeitam a fluência externa dessa afetividade a uma forte repressão, mantendo-se formalmente aderentes a um padrão consciente de comportamento ortodoxo que domina a sua "moralidade quotidiana", encenada nos espaços profanos de senso comum. Registrada a ambivalência, ela apontará, como sempre, para estruturas reprimidas de desejo. Assim, essas estruturas encontram-se presentes nesse caso.

(e) A qualidade dualística da contradição entre o plano moral e o plano pragmático – ou natureza dissociativa da oposição entre o ético e o fatural – gera alteridades contrapostas no padrão manifesto de comportamento das vítimas. Um desses eixos de alteridade desponta claramente em sua opinião de que sua maneira de viver, antes de serem assaltadas, não era bastante segura (62,5%) e, contraditoriamente, seu sentimento de que essa maneira de viver não **contribuiu** para que o assalto ocorresse (75,0%). Parece-me que a revelação da dualidade realizou-se pela nuclearização do tema das perguntas em torno do estímulo representado, respectivamente, pelas idéias perguntas em torno do estímulo representado, respectivamente, pelas idéias de maneira de viver (um plano fatural) e contribuído (um plano ético). Assim, creio que as vítimas estão preparadas para admitir, objetivamente, que sua maneira de viver continha riscos reais. Mas, recusam a sugestão de que possam ter "contribuído" para que o assalto se desse (o que abre uma vertente de culpabilidade moral). Penso que a eficácia social dessa "dualização cultural" das vítimas desponta no que parece ser uma indicação segura de seu nível de consensualidade: 87,5% dos entrevistados não sofreram qualquer acusação de culpa em seu assalto, por parte de pessoas que tomaram conhecimento do episódio.

(f) A hipótese de dualidade delineada acima encontra guarida

em alguns nítidos indicadores de que a experiência do assalto aproximou emocionalmente as vítimas dos bandidos que as lesaram, quase como se o ato criminoso tivesse contido uma revelação: 62,5% dos entrevistados declararam ter-se tornado mais tolerantes em relação à criminalidade depois do assalto sofrido; 75,0% não mudariam o seu comportamento em um novo assalto (o que esvazia a probabilidade de um aumento da contra-violência); 87,5% não acham que os criminosos estejam sempre errados.

(g) Minha suspeição de que as vítimas essenciais são "coniventes inconscientes" com a criminalidade encontra uma sustentação inegável na comparação entre tais dados: 62,5% dos entrevistados afirmaram que não achavam provável que viessem a ser assaltados; contudo, 75,0% pensam que as condições de segurança em que vivem as pessoas, em geral, não são satisfatórias (o que deve ser associado ao fato de que 100,0% das vítimas acham que vivem de maneira semelhante à das pessoas com as quais se relacionam); 50,0% das vítimas acham provável que SEJAM assaltadas novamente (o que deve ser associado ao fato de que 50,0% não tenham mudado a sua maneira de viver, depois de terem sofrido um assalto); 62,5% não acham que, pessoalmente, viviam de maneira bastante segura, antes de terem sido assaltadas; 62,5% não acham que poderiam viver de um modo que tornasse mais difícil uma repetição de seu assalto (o que deve ser associado ao fato de que, mesmo entre a população de 37,5% que pensam que PODERIAM tornar um novo assalto mais difícil, 66,6% não estão tomando essas medidas cautelares); 75,0% não acreditam que tenham contribuído, de maneira alguma, para que seu assalto acontecesse (o que deve ser associado aos dados acima, relativos a uma percepção de risco cotidiano iminente). Como essas pessoas foram, DE FATO, assaltadas, creio que esse painel de respostas contém todos os traços de um discurso denegatório.

(h) Minha hipótese de cooptação inconsciente da criminalidade por suas próprias vítimas volta a revelar-se consistente diante do claro indicador de alienação racionalizada que aparece, a meu ver, na comparação entre os seguintes dados: 75,0% das vítimas acham que poderia ser feita alguma coisa para evitar que sejam assaltadas novamente, o que se reitera na afirmativa de 62,5% dos entrevistados de que seu assalto poderia ter sido evitado. Entretanto 62,5% acreditam que as coisas que poderiam ter sido feitas para que seu assalto fosse evitado estão fora de seu alcance pessoal. Penso, também, que há uma suspeição da presença de um projeto inconsciente de conivência das vítimas com a criminalidade em sua recusa a assumir que possam viver de maneira a tornar uma repetição de seu assalto mais difícil, o que se manifestou em 62,5% das respostas.

Mesmo dentre os que admitem que pöderiam dificultar a repetição de seu assalto mudando a sua maneira de viver, 66,6% declaram não estar tomando essa providência.

(i) A auto-imposição, pelas vítimas, desde tipo de atitude alienada manifesta-se, patentemente, na comparação entre os seguintes dados: 50,0% dos entrevistados afirmaram estar bem informados sobre a criminalidade, antes de terem sofrido um assalto; contudo, contraditoriamente, 87,5% acham que as pessoas deveriam receber instruções específicas sobre como lidar com a criminalidade (o que, por seguro, os inclui); 50,0% declaram que não haviam percebido o perigo de falhas em sua segurança das quais os bandidos tiraram proveito; 87,5% pensam que têm conselhos a dar às pessoas, em relação a assaltos (o que aponta para o poder re-informador de sua vivência).

O quadro de alienação racionalizada, a que me referi, completa-se com outro bloco de dados comparativos: 75,0% das vítimas afirmaram que não se comportariam de maneira diferente, no caso de um novo assalto; 62,5% declaram que sua idéia de como são os bandidos não sofreu modificações, depois de terem sido assaltadas. Parece-me que os efeitos informacionais da experiência do assalto mostram-se, aqui, fortemente recusados pelas vítimas. Isso reforça, a meu ver, tanto a minha hipótese da qualidade alucinatória do enunciado cultural da criminalidade (resilente à ação das vivências reais), como a hipótese, que também sugiro, de que as vítimas se movem, no cenário da criminalidade, sob a dominação inconsciente de um desejo reprimido de cooptação do orgiasmo do "crime organizado".

(j) A qualidade altamente consensual da clivagem que aparece nas atitudes das vítimas pode ser observada nos dados de que 62,5% dos entrevistados declaram não ter sofrido qualquer crítica à sua maneira de viver, antes de terem sofrido um assalto, por parte de pessoas a quem falaram sobre seu assalto (o que deve ser associado aos dados, contidos nos itens 11., 13., 14., 18., 24., 30., 38. e 45., sobre mudança de percepção relativa à criminalidade). Esse padrão de consensualidade revela-se reforçado pela atitude aprobatória de 75,0% das vítimas, que afirmaram achar que as pessoas que souberam de seu assalto comportaram-se, em relação a elas, do modo como esperavam. Também, 87,5% das vítimas não foram acusadas por ninguém de terem culpa na propiciação do assalto que sofreram. Não pode ser negligenciado que este quadro de "tranqüilidade" consensual conflita com as opiniões objetivadas das vítimas sobre o "facilitário" representado por sua maneira de viver, em relação ao aumento de probabilidade de seu assalto, descrito claramente nos itens 14. e 24. da tabulação. Creio que a sustentação das alucinações culturalizadas sobre o "crime organizado" encontra, aí, uma evidente circularidade.

(l) A minha hipótese da convivência inconsciente retorna na conjunção de dados como os que 50,0% das vítimas acham muito provável que sejam assaltadas novamente e, contudo, também 50,0% dessas vítimas declararam não ter mudado a sua maneira de viver, depois de terem sofrido um primeiro assalto. Volta a ser importante, aqui, o dado de que 75,0% dos entrevistados dizem pensar que sua maneira de viver não contribuiu para a ocorrência de seu assalto: isso quando 50,0% esperam ser assaltados novamente. Acho patente que essas atitudes não fazem outra coisa que remeter a construção do assalto para além do horizonte do comportamento pessoal das vítimas, desenhando uma alienação posta a serviço da irresolução da dualidade da estrutura de desejos dos "vítimas inocentes".

(m) Essa inconsistência entre sentimento e visão prática (uma vertente de clara ambivalência) desenha-se na comparação entre os dados de que nada menos de 87,5% das vítimas creiam que as pessoas deveriam receber orientação específica sobre como lidar com a criminalidade, ao mesmo tempo em que 50,0% afirmem pensar que estavam bem informados sobre o assunto, mesmo DEPOIS de terem sofrido um assalto. Volta a ser relevante, aqui, o dado de que 75,0% das vítimas afirmaram que não mudariam seu comportamento, no caso de serem assaltadas novamente. Na verdade, creio estarmos diante de uma massa significativa de pessoas que, embora já vitimadas pela criminalidade sistemática, ainda detenham o sentimento de que já estavam corretamente informadas sobre o assunto (uma opinião insustentável concretamente, pela absoluta carência de contatos positivos prévios). Essa brecha em sua atitude pode ser observada no fato de que 87,5% das vítimas participam da aspiração consciente de que as pessoas recebam instrução específica sobre como lidar com a criminalidade. O padrão compulsivo alimentado por esse sentimento socializado e dissociante emerge no dado de que 75,0% das vítimas afirmam que não se comportariam de maneira diferente, no caso de serem novamente assaltadas. Esse quadro ganha intensidade dramática quando observamos os seguintes dados: 50,0% dos entrevistados têm a expectativa de que a sua vitimação pelo "crime organizado" se repita, o que adquire uma tonalidade de "fatalismo intencionado" quando notamos que 62,5% não acham que viviam de modo bastante seguro, antes de serem assaltados, e 50,0% não tenham mudado a sua maneira de viver, apesar do episódio de assalto a que foram expostos. Analisadas em um plano de lógica pragmática, metade das vítimas teriam de ser consideradas como inconseqüentes: pensam que vão ser assaltadas novamente, não acham que viviam de modo seguro e não mudaram sua maneira de viver, em decorrência de um primeiro assalto. Dificilmente poderia ficar mais evidente a presença de fatores ocultos, na especificação de tal tipo de comportamento. Creio

que esses dados apontam com firmeza para uma inconsistência que sugiro que deva ser interpretada como indício de uma conspiração inconsciente com os bandidos, rumo à consecução de um alvo reprimido de "criminalização" de suas vidas: esse é o espelho em que se revela o sentido da ambivalência emergente nas atitudes das vítimas. Penso, ainda, que a natureza compulsiva desse alvo está indicada pelo fato de que 62,5% dos entrevistados afirmaram que a sua idéia de como eram os bandidos não sofreu alteração, depois da experiência do assalto, o que é no mínimo insólito, diante de respostas como as que apontam para uma percepção de alta necessidade de instrução específica para lidar-se com a criminalidade, registrada em 87,5% das respostas, e uma elevada disposição das vítimas, depois de terem sido assaltadas, a oferecerem conselho às pessoas sobre a maneira de se comportarem durante esse tipo de ocorrência, também manifesta em 87,5% das opiniões coletadas. Penso que a qualidade efetivamente informativa de sua exposição direta à ação do "crime organizado" (aparentemente negada em muitas das respostas) desponta no reconhecimento emocional, afirmado por 66,6% das vítimas, de que seu medo a assaltos aumentou, depois de terem sido assaltadas a primeira vez.

(n) Acredito que a natureza orgiástica da experiência vitimária e seu conseqüente "ímpeto comunicativo" – gerado pela suspensão episódica de "embolias" culturais à fluência afetiva – delinea-se em dois tipos de atitudes das vítimas: 87,5% falaram sobre sua experiência com pessoas de suas relações e, no mesmo percentual, gostaram de ter falado com a equipe de pesquisa sobre essa ocorrência. Creio que se o ato criminoso tivesse sido subjetivamente registrado como traumatizante a situação seria inversa, revelando uma forte retenção. De fato, suspeito que grande parte da angústia assumida pelas vítimas só se sustente no plano de sua identidade culturalizada e, logo, mimética.

(o) A consensualidade do recorte enunciativo da figura das vítimas (enquanto atores regidos por um padrão culturalizado de senso comum) é claramente desenhada pelo fato de que 75,0% dos entrevistados pensam que as pessoas que tomaram conhecimento de seu assalto comportaram-se, em relação a eles, do modo como esperavam. Não pode ser negligenciado o indicador de identidade contido no Índice de 100,0% atingido pelas opiniões das vítimas de que vivem de modo muito parecido com o das pessoas com as quais se relacionam. A "inocência" consensual das vítimas aparece na circunstância de 87,5% dos entrevistados não terem sofrido qualquer imputação de culpa pelo ato criminoso a que foram expostas. O caráter pragmático das acusações de culpa que aconteceram em 12,5% dos casos parece-me indicado pelo fato de que 100,0% das vítimas acusadas acharam justas essas acusações, o que não teria ocorrido, a meu ver, se tais imputações tivessem atingido uma

dimensão moral.

(p) A ineficácia objetiva com que as vítimas se movimentavam no cenário urbano marcado pela criminalidade sistemática desponta na afirmativa, feita por 87,5% dos entrevistados, de que não achavam provável um assalto no tipo de momento em que a sua vitimação efetivamente se deu. É curioso que uma percepção dessas situações como excepcionais, por parte das vítimas, ficou apontada de maneira inegável pelo fato de que 57,0% dos entrevistados declararam que não estavam vestidos, na ocasião do assalto, do modo como habitualmente se vestem. Além disso, 85,7% pensam que estavam portando algum tipo de objeto que, em sua opinião, provocou a atenção dos bandidos. A convencionalização das expectativas de ocorrência de atos criminosos pode ser observada na conjunção de dois fatores: nas situações em que foram assaltadas, 75,0% das vítimas estavam acompanhadas de outras pessoas, sendo que 87,5% afirmaram não pensar que essas situações, em que sofreram os assaltos, fossem propícias a tal tipo de acontecimento. Creio que a vitimação enunciada como ato solitário talvez seja um componente do discurso social de "inocentamento" das vítimas "indefesas", quando sozinhas.

(q) O comportamento dos entrevistados, durante o seu assalto propriamente dito, foi objeto de críticas que 75,0% das vítimas criticadas não acharam justas, o que pode estar tangenciando uma recusa, por parte das pessoas lesadas, interposta às restrições morais à sua maneira de reagir à emergência da criminalidade.

CONCLUSÕES

Estaremos tentando, nas análises apresentadas neste texto, circunscrever algumas evidências de que a figura de senso comum das vítimas da criminalidade urbana sistemática oculta, de fato, sua verdadeira funcionalidade, como integrante de uma estrutura de desvio coletivo proto-institucionalizada. E oculta, também, o desejo que a move na direção desse alvo.

Desvendada a presença de tal mecanismo defensivo, voltado para uma geração culturalizada de halos que distorcem a autêntica situação dramática das vítimas, torna-se mais nítida a significação latente do movimento social do "crime organizado" e, logo, a sua verdadeira função latente. Enquanto isso não ocorrer, a vítima será mantida como um ator da criminalidade perfeitamente "ob-sceno".

(1) Gostaria de observar, liminarmente, que não há motivo para crer-se que um eventual padrão de cumplicidade inconsciente, observado entre a criminalidade urbana sistemática e as suas vítimas, restrinja-se exclusivamente a esse campo. Tal padrão poderá repetir-se diante de

outros estados de "des-ordem", como a guerra, as convulsões civis e o terrorismo.

(2) Tzvetan Todorov¹⁵ propõe que o estilo seja entendido como **"a escolha que todo texto deve fazer entre um certo número de disponibilidades contidas na língua"**. Em um patamar semiótico, naturalmente, a idéia de língua deve ser substituída pela de linguagem e, se essa abordagem semiótica estiver sendo conduzida em um campo antropológico, a noção de "texto" abrangerá as culturas, como seqüências de mensagens gestuais. Em tais seqüências de comunicação culturalizada, nem todos os gestos serão verbais e, além dos enunciados próprios de um padrão social de representações, ocorrerá uma presença informativa do "indizível", tal como concebido por Guimarães Rosa (*apud Vital Brazil*): *"die Sprache unaussprachlichen"*, literalmente *"a fala impronunciável"*¹⁶. Se esse exercício de uma "escolha estilística", na acepção de Todorov, for imbricada interpretativamente sobre a aguda sugestão de Horus Vital Brazil (*op.cit.*) de que *"é com o estilo que se diz alguma coisa sobre a individualidade submersa nos temas de uma história, porque é o "estilo que escapa à repetição mantendo a singularidade na diferença, na medida em que não pode ser reduzido ao que se fala"*, creio seguro pensar-se que as mensagens mais profundas e individuais das vítimas da criminalidade encontram-se inscritas em seu estilo ambivalente de "falar" sobre os temas propostos pela pesquisa. Essa "ambivalência estilística" realiza a proposta de Vital Brasil (*op.cit.*) de que *"o estilo não se refere ao que se diz, mas sim a como se diz o que se diz (...)"*. Nessa ótica, caso o mais profundo conteúdo de uma mensagem deva ser buscado na sua estruturação estilística, as mensagens latentes das vítimas da criminalidade urbana, desvendadas por nosso trabalho, são mensagens de contradição não-resolvida diante da emergência do espaço de "DES-ordem" que as vitimou. Essa contradição dualizante, revelada pelo "estilo ambivalente" das vítimas no trato dos temas investigados, comunica uma oposição subjetiva ao modelo de identidade socialmente "normal", sob cuja dominação "falante" a criminalidade estaria submetida a uma exclusão moral isenta de vacilações.

(3) Grande parte das vítimas da criminalidade analisadas por este projeto revela, em suas atitudes manifestas, uma nítida clivagem diante de seu próprio comportamento conscientemente desejado, em relação à criminalidade organizada que as vitimou. Essa ambivalência desdobra-se desde patamares de reação objetivamente referidos a fatos concretos, até níveis abstratos de postura moral e estruturas transferenciais de atitudes emocionadas.

(4) A proximidade objetiva do bandido, desenhada para as vítimas no âmbito dos atos criminosos a que foram submetidas, parece conter uma qualidade de revelação que, contudo, dá indícios de já ser espe-

rada, ou antecipada a nível talvez de devaneio orgiástico.

(5) Creio haver indicadores de que existem, realmente, traços da emergência de um projeto inconsciente de cumplicidade entre as vítimas e a criminalidade que, formalmente, as lesou. Essa cumplicidade, na ótica de "covardia neurótica" já discutida, estará submetida a forte denegação.

(6) Parece existir uma clara dissociação, nas vítimas, entre suas atitudes emocionais em relação à criminalidade e suas atitudes objetivas, gerando-se uma dualidade que se manifesta em inconsistências comportamentais, conforme suas reações sejam dominadas pelo sentimento ou pela visão pragmática.

(7) A experiência da vitimação parece alimentar um ímpeto comunicativo que aponta para o fato de o assalto constituir-se, na percepção das vítimas, em uma vivência orgiástica estimuladora da fluência afetiva, ao contrário da expectativa consensual de que os atos criminosos resultassem em seqüelas traumáticas fortemente "psicotizantes".

(8) A hipótese da convivência inconsciente das vítimas com a criminalidade, em sua estrutura dual de identidade, parece apoiada por sua crença manifesta em sua própria inépcia objetiva no tocante a medidas cautelares contra atos criminosos.

(9) O comportamento das vítimas em relação à antecedência e à ocorrência dos atos criminosos que as lesaram parece receber intenso apoio das pessoas de suas relações, traçando-se assim um "perímetro de consensualidade" a partir de cujo poder de coerção sustenta-se um espaço de senso comum alucinatório.

Como observação pessoal, creio que essa negação de nossa realidade psíquica pela certeza alucinada imposta ao homem pela dominação culturo-egóica de sua identidade vela a representação do "crime organizado" em sua vertente fundadora de movimento social orgiástico. É no bojo de movimentos desse tipo que sempre acaba por cumprir-se o temido vaticínio mítico do "retorno de Dionísio". Em nosso caso ocidental, o retorno de um Dionísio submetido a demorado exílio, pela força do ostracismo de culturas cujos discursos de "competição moralizante" sideraram sociedades inteiras sob a ótica de um conceito de "progresso" convertido em ética de um sentido capitalista da vida.

NOTA METODOLÓGICA

Este relatório é marcado muito mais fortemente pela intenção de ser provocador do que conclusivo. Assim, as interpretações propostas em seu escopo são largamente sustentadas por uma ousadia analítica que substitui (no nível contestatório em que examinamos o comportamento das vítimas da criminalidade) a presença de dados inquestioná-

veis. Essa é uma vertente em que pretendemos, no dizer de Horus Vital Brazil (17), *"manter a denúncia de um EU como 'agente da certeza'"*. Essa postura heurística parece-me compatível com o meu desejo de suscitar reflexões desassombradas sobre linhas de investigação da criminalidade (e de outros movimentos catastróficos de nosso momento histórico-social) que escapem à constrição de um padrão metodológico ortodoxo. Assim, meu evidente arrojo deve ser entendido na qualidade de um convite ao debate.

Como as interpretações alinhadas neste texto estão regidas por um espírito heurístico, sua estruturação admite (livre de qualquer vocação epistêmica) padrões inteiramente diversos do que utilizei, a partir dos mesmos dados. O que estou propondo, portanto, é uma organização exploratória.

O relato percentual dos dados que sustentam minha argumentação analítica não tem outro propósito que o de circunscrever qualidades – já sabidas através de sua enunciação nas respostas das vítimas – em um plano de seu mero alcance quantitativo. Essa medida não substitui, por seguro, o conteúdo adjetivo das atitudes estudadas, que alimenta meus ensaios interpretativos.

Este relatório foi construído sobre a análise extensiva de oito casos de assaltos de grande envergadura, indicada pelos seguintes fatores de seleção: sujeição das vítimas aos assaltantes durante largo período de tempo; invasão de domicílio (ou de casa comercial) à mão armada; submissão violenta das vítimas à situação intimidatória de reféns tácitos; atingimento coletivo de vítimas (sob a forma de família, clientes de estabelecimentos comerciais ou convidados de uma festa); completo sucesso no assalto, sem qualquer efeito de retaliação vindicativa sobre os bandidos ou ação policial subsequente bem sucedida.

O mais importante recurso técnico de que lançamos mão para obtermos as revelações em que se baseia nossa análise foi a de introduzirmos, ao longo do formulário, "perguntas de controle", em que o mesmo tema era reapresentado aos informantes sob diferentes redações, mantida sua abordagem nuclear. Essa técnica nos garantiu a consistência interna da bateria e seu poder de discriminação.

As entrevistas foram conduzidas por equipes duplas, seguindo um formulário de questões diretas e lançando registros em um caderno de campo.

Em nenhum dos casos selecionados as vítimas recusaram-se a prestar informações à pesquisa, sendo as entrevistas conduzidas em local e hora de escolha dos entrevistados. Em todos os casos, outras pessoas (envolvidas diretamente ou não no episódio do assalto) estiveram presentes e, algumas vezes, participaram das entrevistas.

CRÉDITOS

A equipe conjunta trabalhou na preparação da bateria de perguntas a ser utilizada na pesquisa. As entrevistas e tabulações foram conduzidas por BATITUCCI, MELO E GOIFMAN. Durante a preparação dos formulários e parte das entrevistas, a equipe teve a colaboração de Júnia TORRES. A análise do material, a redação do relatório final e a supervisão do projeto são de responsabilidade de SILVA BRAGA.

Agradecemos às vítimas sua paciência e cordial colaboração com a nossa equipe. E agradecemos ao Delegado Titular de Furtos e Roubos/SSP, Dr. Eduardo PORTO, sua ajuda prestimosa ao projeto de pesquisa.

Tomei emprestadas a José Domingues de OLIVEIRA as suas idéias de "embolia" e de "ob-scenidade", usadas em nosso texto.

Abstract: The Victim: Ob-scene Actor of Criminality. This essay presents exploratory indicators that the VICTIMS of systematic urban criminality manifest an ambivalence between their factual and ethical values in face of the criminal events that injured them, which indicates a form of unconscious connivance in the orgiastic atmosphere of "organized crime". Under this light, acts of victimization are part of a latent wilfulness in victims.

BIBLIOGRAFIA

- 1 WIENER, Norbert - "The human use of human beings - Cybernetics and Society", Houghton Mifflin Co., Boston, 1950;
- 2 GIRARD, René - "La violence et le sacré", Éditions Bernard Grasset, Paris, 1972;
- "Le bouc émissaire", Éditions Grasset & Fasquelle, Paris, 1982;
- "La ruta antigua de los hombres perversos", Editorial Anagrama, Barcelona, 1989;
- 3 SILVA BRAGA, Welber - "Belliçality, aggression and violence", Inédito;
- 4 SILVEIRA, Nise et alii - "A farra do boi", Numem Editora, Rio de Janeiro, 1989;
- 5 VITAL BRAZIL, Horus - "As estruturas de sublimação em psicanálise", In "Tempo Psicanalítico", vol. XII, nº 1, Rio de Janeiro, 1989;
- 6 vide "La ruta antigua de los hombres perversos" (cf. (2));
- 7 MATURANA, Humberto - "Funções de representação e comunicação", In "Um Novo Paradigma", Célio GARCIA org., Editora UFMG/PROED, Belo Horizonte, 1987;
- 8 MARZAGÃO, Lúcio Roberto - "Nem corpo, nem mente", comunicação VIII Congresso do Círculo Brasileiro de Psicanálise, Belo Horizonte, 1990;
- 9 SILVA BRAGA - "Do outro lado do caleidoscópio - Um Ensaio de Antropologia da Violência", Mazza Edições, Belo Horizonte, 1989;
- 10 FROMM, Erich - "Individual and social origins of neurosis", In "Mental Health and Mental Disorder", A.M. Rose org., W.W. Norton & Co., Inc., New York, 1955;
- 11 SCHEFF, T.J. - "Catharsis in healing, ritual and drama", University of California Press, Berkeley, 1979;
- 12 NOGUEIRA, Oracy - "Tanto preto quanto branco: Estudo de Relações Raciais", T.A. Queltróz Editor, São Paulo, 1985;
- 13 CIMBLERIS, Borisas - "Teoria das catástrofes", Inédito;
- 14 vide "Do outro lado do caleidoscópio" (cf. (9));
- 15 TODOROV, Tzvetan & DUCROT, Oswald - "Dicionários das ciências da Linguagem", Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1982;
- 16 VITAL BRAZIL, Horus - "Entre psicanálise e literatura, no intertexto: uma questão de estilo", comunicação ao VIII Congresso do Círculo Brasileiro de Psicanálise, Belo Horizonte, 1990;
- 17 VITAL BRAZIL, Horus - (carta ao autor).